

Coluna do Castello

Grandeza e servidão

NÃO é difícil defender uma instituição como o Congresso Nacional no momento em que ela ressurge como força política e em que as câmaras voltam a substituir as antecâmaras. O Senador José Fragelli e o Deputado Ulysses Guimarães, fixando-se nesse ponto, fizeram discursos fáceis, com o brilho habitual, e o presidente da Câmara limitou-se a uma pequena alusão à subvenção dos transportes e "das franquias", declarando que sem ela só os ricos chegariam ao Congresso.

A imprensa e a opinião pública não se empenham em denegrir o Congresso. Espontaneamente tem-se oferecido aos dirigentes da instituição a oportunidade de fazer correções nos desvios que assinalaram os últimos vinte e cinco anos da vida das câmaras legislativas. As distorções foram provocadas, em primeiro lugar, pela transferência da Capital da República. Brasília, para instalar-se como sede dos poderes, teve de oferecer facilidades com as quais só o poder público poderia arcar. Em seguida, veio o desastre do golpe militar que se prolongou por uma intervenção de 20 anos na vida republicana, com impacto deformador sobre todas as instituições nacionais.

Está na hora de abandonar o hábito de falar para os diversos "públicos internos" para que se voltem as autoridades de todos os níveis a falar à Nação, a quem devem contas do seu comportamento, do que fazem de bom e de errado. O erro do pronunciamento dos presidentes das duas casas do Congresso está precisamente em que eles se defenderam do que não estão sendo acusados e passaram por cima dos fatos objetivos que têm sido relatados diariamente pela imprensa do país. Ou será que o Senador José Fragelli não lê todos os dias as notícias de que, ao cair da noite, quase diariamente, realiza três sessões semiclandestinas no Congresso para quadruplicar o jeton semanal dos parlamentares?

O assunto não foi por ele abordado e, como não desmentiu informações tão objetivas, parece óbvio que as confirmou, embora não as considere um fato condenável. Se assim as avaliasse, já teria suprimido a prática vexatória. Mas muitas coisas que são apresentadas como deformações poderiam ser razoavelmente explicadas. Por exemplo, as passagens aéreas subvencionadas, fruto da criação de Brasília, assim como as residências oferecidas pelo poder público. A questão dos jetons e dos trens da alegria, essas não se explicam nem se podem explicar.

○ Congresso, que tem o poder de legislar e de emendar a Constituição, poderia tê-lo feito, de modo a evitar esse escandaloso descumprimento de um mandamento constitucional que obriga as Mesas da Câmara e do Senado a pagar dois terços dos subsídios somente aos deputados e senadores que compareçam à sessão. O expediente de exigir a votação para caracterizar a ausência já é um expediente, pois essa exigência não se inclui no texto da lei, é uma maneira de aferir, com mais eficácia do que a anotação de um pobre porteiro, a efetiva presença dos parlamentares.

A presença nas comissões pode ser anotada e os votos dos que estão trabalhando nelas podem ser tomados e transmitidos à Mesa, como já se fez por algum tempo. Quanto ao comparecimento a gabinetes de ministros e a outras reuniões, sempre há hora de fazê-lo sem prejuízo do tempo de duração das votações de plenário. Relativamente ao contato com as bases, deve a presidência das duas Casas ter em mente que há, atualmente, quatro meses de recesso. Nesses quatro meses os deputados e senadores podem conviver com seus eleitores e refrescar seu conhecimento das situações locais para que, durante os oito meses (recheados de sábados, domingos e feriados), eles permaneçam em Brasília. Se a passagem foi importante no começo de Brasília, agora ela deveria restringir-se aos períodos de recesso. As férias.

Entende-se que a facilidade estimula o abuso e já temos aí os ministros da Nova República a desconhecer a recomendação da Presidência da República e transitarem de Norte a Sul, de Leste a Oeste, nos jatinhos da FAB, ignorando a existência de companhias áreas nas quais seus ministérios poderiam assegurar seu deslocamento por um preço bem mais razoável. Os vencimentos dos ministros foram adequadamente reajustados e se eles não querem trazer a família para a Capital da República, onde o Governo tem sua sede, já podem alugar uma casa até mesmo na famosa Península dos Ministros e aí alojar-se ao longo da semana, confortavelmente. O capricho da família deve correr por sua conta.

Antigamente, no Rio, só os ministros e os ricos deputados de São Paulo (houve um tempo em que 14 banqueiros formavam a banqueirada paulista no Palácio Tiradentes) davam ao luxo de hospedar-se em hotéis e passar seus longos fins de semana em casa. Hoje, qualquer deputado do Piauí pode fazer o mesmo, o que o Sr Ulysses poderia dizer ser uma aplicação do princípio da isonomia e um reflexo da democratização do país. Mas esses são problemas de que não trataram os presidentes da Câmara e do Senado, duas Casas que a imprensa e o povo querem ver respeitadas e na plenitude das suas prerrogativas para bem do país e do regime.

Shultz com Sarney

Já está incluída na agenda nova-iorkina do Presidente José Sarney um encontro com George Shultz, pedido pelo Secretário de Estado norte-americano.

Com relação à política diplomática, uma pequena retificação: não foi o embaixador Ricúpero quem fez viagem de inspeção às embaixadas especiais na Europa, mas o embaixador Alberto da Costa e Silva.

Carlos Castello Branco